

TERMO DE REFERÊNCIA

Documento destinado à contratação de serviços de acessibilidade comunicacional

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tradução e interpretação da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e vice-versa, ao vivo e/ou gravada, nas formas simultânea e/ou consecutiva, **exclusivamente em modalidade remota**, para atendimento às sessões, eventos institucionais, cursos, capacitações, reuniões solenes e demais atividades oficiais do TCE/PR que demandem acessibilidade comunicacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

SUMÁRIO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	3
2. ESTIMATIVA DE PREÇOS	4
3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	5
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO	5
5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	6
6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	8
7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	13
8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR	15
8.1. Metodologia para a licitação	15
8.2. Classificação como objeto comum	16
8.3. Subcontratação, participação de consórcio de empresas e de cooperativas de mão de obra	16
8.4. Contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	16
8.5. Requisitos de habilitação	17
8.6. Proposta de preços	24
8.7. Exequibilidade da proposta	24
9. ASPECTOS CONTRATUAIS	26
9.1. Subcontratação e Alteração Subjetiva	26
9.2. Obrigações do CONTRATANTE	27
9.3. Obrigações da CONTRATADA	28
9.4. Procedimentos para pagamento	30
9.5. Vigência	32
9.6. Obrigações Pertinentes à LGPD	33
9.7. Reajuste	35
9.8. Dotação Orçamentária	36
9.9. Garantia de execução contratual	36
9.10. Rescisão contratual	37
9.11. Sanções administrativas	37
ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA	41
ANEXO II – MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ	44

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tradução e interpretação da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e vice-versa, ao vivo e/ou gravada, nas formas simultânea e/ou consecutiva, **exclusivamente em modalidade remota**, para atendimento às sessões, eventos institucionais, cursos, capacitações, reuniões solenes e demais atividades oficiais do TCE-PR que demandem acessibilidade comunicacional.

Item	Descrição	Quant. de profissionais	Estimativa de horas de trabalho	Valor unitário por hora / profissional	Valor total estimado (24 meses)
1	Serviços de tradução/interpretação em LIBRAS, sob demanda, com atuação em revezamento, incluindo transmissões/atividades gravadas	02	<ul style="list-style-type: none">• 25 horas-base/mês;• 300 horas-base/ano;• 600 horas-base/24 meses;• 1.200 horas-profissionais/24 meses.	R\$143,16	R\$171.792,00

1.2. Com base no histórico e no planejamento institucional, estima-se a demanda de 25 (vinte e cinco) horas-base/mês, totalizando 600 (seiscentas) horas-base no período de 24 (vinte e quatro) meses.

1.2.1. Considerando a execução em regime de revezamento com 2 (dois) intérpretes, o quantitativo correspondente para fins de pagamento por hora-profissional é de 1.200 (mil e duzentas) horas-profissionais/24 meses.

1.2.2. Os quantitativos são estimativos para planejamento e formação do preço de referência, sem garantia de consumo integral, sendo a execução realizada sob demanda, mediante requisição/ordem de serviço.

1.2.3. A unidade de medição será hora-profissional (R\$/hora-profissional), assegurado pagamento mínimo de 1 (uma) hora-profissional por profissional mobilizado, com regras de fracionamento previstas neste TR.

1.3. A licitação será realizada em único item.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.5. Não há necessidade de o licitante (ou o fornecedor) atestar que conhece o local, as condições e peculiaridades para a entrega do objeto ou execução dos serviços.

1.6. O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum. (Art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021).

1.7. O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE-PR, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2. ESTIMATIVA DE PREÇOS

2.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na Pesquisa de Preços juntada aos autos, observando-se a padronização da unidade de medida adotada neste Termo de Referência (hora-profissional) e a compatibilidade das referências coletadas com o objeto contratado, especialmente quanto à natureza do serviço (tradução/interpretação em LIBRAS), regime de execução sob demanda e condições de prestação.

2.2. Para fins de planejamento, formação do preço de referência e definição do valor estimado, considerou-se a demanda anual de **300 (trezentas) horas-base**, equivalente a **600 (seiscentas) horas-profissionais**, tendo em vista a execução em regime de revezamento com **2 (dois) intérpretes**. Os quantitativos são estimativos, não configurando obrigação de consumo integral, tampouco direito a faturamento mínimo, por se tratar de execução sob demanda.

2.3. O valor unitário estimado foi fixado em **R\$ 143,16 (cento e quarenta e três reais e dezesseis centavos)** por hora-profissional, adotando-se como parâmetro a mediana dos preços obtidos na Pesquisa de Preços, como medida de mitigação de distorções por valores extremos e de maior aderência ao mercado.

2.4. Assim, o valor total estimado para a vigência inicial de **24 (vinte e quatro) meses** corresponde a **R\$ 171.792,00 (cento e setenta e um mil, setecentos e noventa e dois**

reais), calculado pela multiplicação de 1.200 (mil e duzentas) horas-profissionais pelo valor unitário estimado de R\$ 143,16.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação destina-se a assegurar **acessibilidade comunicacional** nas atividades institucionais do TCE/PR, mediante disponibilização de serviços de tradução e interpretação em LIBRAS, conforme demandas verificadas no âmbito das sessões, eventos e demais ações oficiais.

3.2. A necessidade, os quantitativos estimados, as premissas adotadas e a justificativa da solução escolhida encontram-se devidamente demonstrados no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que fundamenta esta contratação, ao qual este Termo de Referência se vincula.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços descritos no **Item 1** deste Termo de Referência, em regime **sob demanda**, para atendimento às necessidades institucionais do TCE/PR, observadas as condições de execução e os requisitos técnicos estabelecidos neste TR e no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4.2. O ciclo de execução da solução abrange, de forma integrada: (i) o **acionamento** da demanda por meio de requisição/ordem de serviço, com indicação das informações necessárias à prestação; (ii) a preparação e alinhamento prévios, quando cabíveis, inclusive quanto a condições operacionais e técnicas; (iii) a execução dos serviços com garantia de continuidade e qualidade, incluindo a atuação em regime de revezamento; (iv) o registro e a comprovação da execução, mediante relatório/controle para fins de medição; e (v) o recebimento, ateste e pagamento, conforme os critérios definidos neste Termo de Referência.

4.3. As premissas, características e justificativas técnicas e econômicas da solução - incluindo condições de prestação, hipóteses de revezamento e demais parâmetros

relevantes - encontram-se detalhadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que fundamenta esta contratação, ao qual este Termo de Referência se vincula.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais aptos à execução dos serviços de tradução e interpretação da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e vice-versa, com comprovação formal de qualificação compatível com as atividades previstas neste Termo de Referência, abrangendo interpretação simultânea e/ou consecutiva, a partir de origem falada (oral/auditiva), sinalizada (visual/espacial) ou escrita.

5.2. As atividades inerentes à ocupação de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais estão previstas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) sob o número CBO 2614-25, como subdivisão da categoria profissionais da comunicação e da informação. O exercício é regulamentado pela Lei n. 12.319/2010, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.704/2023, que dispõe sobre requisitos de habilitação/qualificação e regras transitórias para o exercício profissional.

5.3. A qualificação mínima dos intérpretes será comprovada mediante apresentação de ao menos um dos documentos abaixo. Serão admitidos documentos equivalentes, desde que idôneos, compatíveis com o objeto e verificáveis, permitindo aferição objetiva de sua pertinência pela Administração.

5.3.1. Certificado de proficiência em LIBRAS, tais como:

5.3.1.1. PROLIBRAS (Exame Nacional para Certificação de Proficiência em LIBRAS), quando aplicável; ou

5.3.1.2. certificação de proficiência emitida pela FENEIS (Exame de Proficiência da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos), quando aplicável.

5.3.2. Formação específica em LIBRAS, tais como:

5.3.2.1. diploma/certificado de conclusão de curso técnico de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras; ou

5.3.2.2. diploma de curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa ou Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras – Libras; ou

5.3.2.3. diploma de curso superior em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa.

5.4. Sem prejuízo das exigências de qualificação previstas nos subitens anteriores, será admitida, para fins de execução das atividades previstas no art. 6º da Lei nº 12.319/2010, a atuação de profissionais habilitados até a data de entrada em vigor da Lei nº 14.704/2023, nos termos da redação original do art. 4º da Lei nº 12.319/2010, bem como, pelo prazo de 6 (seis) anos, a contar de 25/10/2023 (até 25/10/2029), a atuação de profissionais detentores das formações previstas na redação original do art. 4º da referida Lei, ainda que tais formações tenham sido adquiridas após 25/10/2023, desde que devidamente comprovadas mediante documentação idônea e verificável, sujeita à validação pela Administração.

5.5. Para fins deste Termo de Referência, a Administração não exigirá cumulativamente os conjuntos de comprovação previstos nos subitens 5.3.1 e 5.3.2, bastando que o profissional apresente um deles, sem prejuízo de a CONTRATADA poder apresentar documentação adicional para demonstrar qualificação superior.

5.6. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência contratual, cadastro atualizado com a documentação comprobatória de qualificação dos profissionais efetivamente alocados, disponibilizando-a à fiscalização sempre que solicitado, inclusive para fins de substituição.

5.6.1. A CONTRATADA deverá encaminhar à fiscalização, previamente ao início da execução por cada intérprete (ou antes da primeira alocação do profissional), a documentação comprobatória de qualificação, para registro e validação.

5.7. A substituição de intérpretes, quando necessária, deverá observar equivalência de qualificação em relação ao profissional substituído, vedada a alocação de profissional sem a comprovação mínima prevista neste item.

5.8. Os intérpretes deverão observar postura profissional, confidencialidade e demais requisitos operacionais definidos neste Termo de Referência, sem prejuízo das diretrizes específicas constantes na Ordem de Serviço/Requisição.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A prestação dos serviços ocorrerá **sob demanda**, mediante emissão de Requisição/Ordem de Serviço (OS) pela Administração, não havendo obrigatoriedade de consumo integral do quantitativo estimado.

6.1.1. A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços em até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato ou da Ordem de Início, se houver.

6.2. A execução dos serviços será formalizada por meio de Ordem de Serviço – OS, podendo esta ser emitida de forma individual ou programada, especialmente nos casos de eventos, sessões ou atividades recorrentes, conforme definido pela Administração, a qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

6.2.1. Data da execução;

6.2.2. Horário previsto de início e estimativa de término, quando aplicável, ou indicação de que o serviço se estenderá até o encerramento efetivo da atividade;

6.2.2.1. A Ordem de Serviço deverá indicar o horário de início da atividade, considerando, para fins operacionais, a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos para preparação técnica dos intérpretes, testes de conexão, alinhamentos prévios e demais providências necessárias à regular execução do serviço. Esse período integra a execução do objeto e será considerado para fins de medição e faturamento.

6.2.3. Modalidade de execução: **remota**;

6.2.4. Plataforma a ser utilizada e o respectivo link de acesso (ou credenciais/sala virtual), bem como orientações técnicas aplicáveis;

6.2.5. Identificação da atividade a ser realizada, tais como sessão, evento, curso, transmissão, gravação ou congênere;

6.2.6. Identificação da unidade administrativa e do servidor responsável pelo acompanhamento e pelo ateste da execução;

6.2.7. Orientações específicas necessárias à adequada execução do serviço, quando aplicável.

6.2.8. No caso de sessões ordinárias, extraordinárias ou outras atividades recorrentes com horário de início previamente definido, a estimativa de duração terá caráter meramente referencial, não constituindo limite máximo para a execução do serviço, a qual estará vinculada ao efetivo término da respectiva sessão ou atividade.

6.3. Sempre que possível, a Administração encaminhará a OS ou a comunicação operacional correspondente com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, **ressalvadas as hipóteses de eventos recorrentes previamente programados ou alterações excepcionais**, as quais poderão ser comunicadas por meio eletrônico.

6.4. A CONTRATADA deverá confirmar o recebimento da OS e, caso identifique impossibilidade de atendimento nas condições requisitadas, comunicar imediatamente à Administração, apresentando justificativa.

6.5. A execução ocorrerá exclusivamente em modalidade remota, com o(s) intérprete(s) atuando fora das dependências do TCE-PR, acessando a atividade por meio de plataforma/link indicado pela Administração.

6.5.1. O(s) intérprete(s) prestará(ão) os serviços a partir de residência, sede da CONTRATADA ou outro local externo, devendo observar condições técnicas e ambientais mínimas para assegurar a continuidade e a qualidade da janela de LIBRAS.

6.5.2. A OS/Requisição indicará a plataforma a ser utilizada e o respectivo link de acesso (ou credenciais/sala virtual), bem como orientações técnicas aplicáveis e, quando cabível, a janela de tempo para testes prévios.

6.5.3. A CONTRATADA deverá assegurar condições técnicas mínimas aptas a garantir a continuidade, a estabilidade e a nitidez da janela de LIBRAS, observados, no mínimo:

6.5.3.1. conexão à internet com velocidade mínima de **100 Mbps**, estável e compatível com transmissões simultâneas de áudio e vídeo;

6.5.3.2. utilização de câmera com padrão mínimo **Full HD (1080p – 1920x1080)**;

6.5.3.3. disponibilidade de recursos tecnológicos que permitam o acompanhamento simultâneo da sessão, incluindo apresentações, orador e/ou outro intérprete, concomitantemente à transmissão;

6.5.3.4. ambiente reservado, devidamente iluminado e silencioso, vedado o trânsito de pessoas ou animais durante a prestação do serviço;

6.5.3.5. utilização de fundo neutro, preferencialmente em tons claros ou cinza, admitida a utilização de chroma key, desde que previamente testada e aprovada;

6.5.3.6. realização de testes prévios de áudio, vídeo e enquadramento antes do evento, em conformidade com as orientações técnicas da Administração.

6.5.4. A CONTRATADA deverá acessar o link com antecedência suficiente para testes de áudio, vídeo, enquadramento e estabilidade, realizando os ajustes necessários conforme orientações técnicas da Administração.

6.5.5. Eventuais falhas técnicas imputáveis à CONTRATADA que comprometam a continuidade ou a qualidade da interpretação deverão ser registradas pela fiscalização e poderão ensejar substituição do profissional, ajustes/glosas na medição e aplicação de sanções, conforme o caso.

6.6. Regra de revezamento e quantitativo mínimo.

6.6.1. Na execução dos serviços, deverá ser observado o regime de revezamento entre intérpretes, com a atuação de 2 (dois) profissionais.

6.6.2. O revezamento deverá ocorrer a cada 20 (vinte) minutos, garantindo continuidade e uniformidade da janela de LIBRAS.

6.6.3. Para fins operacionais, considera-se hora-base a hora de interpretação prestada por 2 (dois) intérpretes em revezamento. Para fins de medição e pagamento, o quantitativo será apurado em hora-profissional, correspondendo, em regra, a 2 (duas) horas-profissionais para cada 1 (uma) hora-base executada.

6.7. Preparação e condições de execução.

6.7.1. Quando solicitado, a CONTRATADA deverá realizar alinhamento prévio (pauta, termos técnicos, dinâmica do evento) e realizar testes de áudio/vídeo e conexão, conforme orientação da unidade demandante.

6.7.1.1. Considera-se, para fins operacionais, a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos para preparação técnica dos intérpretes, testes de conexão, alinhamentos prévios e demais providências necessárias à regular execução do serviço. Esse período integra a execução do objeto e será considerado para fins de medição e faturamento.

6.8. Para fins de medição, o tempo de prestação será contado a partir do horário indicado na Ordem de Serviço, incluído o período de preparação técnica prévia, quando previsto, até o encerramento da atividade.

6.8.1. Não serão descontados atrasos não imputáveis à CONTRATADA.

6.9. A unidade de medição é **hora-profissional**, assegurado pagamento mínimo de **1 (uma) hora-profissional por profissional mobilizado**. Após a primeira hora, as frações serão apuradas em períodos de **15 (quinze) minutos**, equivalentes a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor unitário da hora-profissional, **considerando-se o arredondamento para cima do tempo excedente para o próximo bloco de 15 (quinze) minutos**.

6.10. No cômputo da jornada, serão descontados intervalos para almoço/jantar quando não houver prestação; computam-se, entretanto, intervalos técnicos/coffee-breaks como tempo efetivamente trabalhado, quando houver mobilização e permanência para continuidade.

6.11. Horários de prestação e adicionais.

6.11.1. A prestação dos serviços ocorrerá, em regra, **em dias úteis, no período compreendido entre 08h00 e 22h00**, conforme programação institucional e requisição da Administração.

6.11.2. Quando a prestação se estender além das **22h**, incidirá adicional de **20% (vinte por cento)** sobre as horas-profissionais trabalhadas nesse período.

6.11.3. Nos serviços realizados em finais de semana e feriados, incidirá adicional de **25% (vinte e cinco por cento)** sobre as horas-profissionais trabalhadas.

6.12. O quantitativo estimado constitui parâmetro de planejamento e formação do valor estimado, não caracterizando piso mínimo de faturamento, podendo haver períodos sem execução e, consequentemente, sem faturamento.

6.13. Na hipótese de cancelamento de atividade, a CONTRATADA deverá ser comunicada com antecedência mínima de 3 (três) horas. Caso a comunicação ocorra em prazo inferior, será devida compensação pela mobilização correspondente a 50% (cinquenta por cento) de 1 (uma) hora-profissional por intérprete mobilizado, observado o quantitativo mínimo de 2 (dois) intérpretes por demanda.

6.14. Substituição de profissionais.

6.14.1. Em caso de ausência, impedimento, atraso relevante ou necessidade operacional, a CONTRATADA deverá providenciar substituição imediata por intérprete de qualificação equivalente, comunicando a alteração à fiscalização.

6.14.2. A fiscalização poderá solicitar substituição por razões técnicas ou comportamentais, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição no menor prazo possível, de modo a não comprometer a continuidade da atividade.

6.15. A recusa injustificada de atendimento à OS (fora das hipóteses admitidas neste TR) e o não atendimento no horário e condições requisitados (incluindo ausência de profissional, falta de substituto ou indisponibilidade que resulte na não prestação do serviço) caracterizam descumprimento contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções previstas no edital e no contrato, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, quando cabível.

6.16. Registros da execução e relatório mensal.

6.16.1. A CONTRATADA deverá registrar cada atendimento realizado, vinculando-o à respectiva OS, contendo, no mínimo: data, atividade, modalidade, horário de início e término efetivos, quantidade e identificação dos intérpretes, ocorrência de adicionais (quando aplicável) e demais ocorrências relevantes.

6.16.2. Os registros serão consolidados em relatório mensal, a ser encaminhado à fiscalização para validação e para fins de recebimento/atesto.

6.17. Cessão de uso de imagem e voz.

6.17.1. Quando as atividades forem transmitidas, gravadas ou disponibilizadas por meios audiovisuais, a CONTRATADA deverá assegurar a **cessão de uso de imagem e voz** dos profissionais alocados.

6.17.2. A CONTRATADA deverá apresentar, em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento da notificação para assinatura do Contrato, **Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz – Anexo II**, para no mínimo, 2 (dois) profissionais qualificados que prestarão os serviços, para uso do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ou divulgação em material impresso, rádio e TV.

6.18. Todos os custos necessários à execução do objeto deverão estar incluídos no preço contratado, não sendo devidos pagamentos adicionais fora das hipóteses previstas neste Termo de Referência e no contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Critério de Aceitação e Recebimento do Serviço

7.1.1. O recebimento e a aceitação deste objeto obedecerão ao disposto na Instrução de Serviço n. 181, de 30 de julho de 2024, no que lhes for aplicável, e proceder-se-ão na seguinte forma:

7.1.2. O recebimento será feito provisoriamente, com a emissão e assinatura do Termo de Recebimento Provisório (TRP), no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do relatório mensal **de execução/medição e demais documentos comprobatórios**, para efeito de posterior verificação de conformidade dos requisitos constantes deste Termo de Referência; e

7.1.3. O recebimento será feito definitivamente, com a emissão e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento provisório ou do atendimento de todas as eventuais solicitações de ajustes.

7.1.4. A verificação de conformidade dos resultados e especificações definidas neste Termo de Referência será realizada com o preenchimento e assinatura do Relatório de Análise Técnica (RAT), por parte da equipe de fiscalização.

7.1.5. Na hipótese de a verificação de conformidade para emissão do recebimento definitivo não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.1.6. Quando em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, os serviços/entregas documentais (incluindo relatórios e registros) deverão ser corrigidos pela CONTRATADA, e, quando aplicável, deverá ser providenciada a substituição do(s) profissional(is), às suas expensas, no prazo definido pela fiscalização, conforme a natureza da inconformidade.

7.1.7. Esse prazo poderá ser prorrogado mediante justificativa apresentada e aprovada pela equipe de fiscalização em até 72 (setenta e duas) horas de antecedência de seu término.

7.1.8. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas, submetendo as entregas ou atividades impugnadas à nova verificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.9. Durante o período dessa nova verificação, o pagamento correspondente ficará sobrestado até o saneamento necessário.

7.1.10. Caso a CONTRATADA não solucione definitivamente os vícios encontrados, no prazo fixado acima, o gestor do contrato irá recusar o objeto, no todo ou em parte, sem ônus para o CONTRATANTE.

7.1.11. A recusa do objeto deverá ser emanada por meio da emissão do Termo de Recusa, constando as desconformidades e procederá com a indicação das penalidades cabíveis.

7.1.12. Os recebimentos provisórios e/ou definitivos do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.2. Metodologia de Avaliação da Qualidade e Adequação

7.2.1. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelo serviço, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual.

7.2.2. A execução do objeto contratado será acompanhada e fiscalizada por meio da avaliação dos serviços entregues pela CONTRATADA e seu atendimento a todos os requisitos deste Termo de Referência, pela equipe de fiscalização designada pela CONTRATANTE.

7.2.3. A equipe de fiscalização deverá ser composta por, pelo menos, 2 (dois) servidores efetivos.

7.2.4. Os membros da equipe de fiscalização anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do contrato, indicando as ocorrências,

as determinações consideradas necessárias à regularização das falhas ou defeitos observados e demais informações relevantes.

7.2.5. É assegurado à equipe de fiscalização o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

7.2.6. A equipe de fiscalização realizará a supervisão, gestão e recebimento dos serviços entregues.

7.2.7. A avaliação será realizada com base na verificação do atendimento aos requisitos deste Termo de Referência, especialmente: cumprimento das OS, pontualidade, revezamento, registros/relatórios, observância de adicionais/cancelamentos e demais ocorrências.

7.2.8. Ao CONTRATANTE é reservado o direito de efetuar diligência, a qualquer tempo, em documentos exigidos neste Termo de Referência para averiguar sua veracidade e conformidade.

7.2.9. A equipe de fiscalização, caso identifique que os serviços não atendem a todas as especificações deste Termo de Referência, deverá informar ao preposto as inconformidades em até 9 (nove) dias úteis, contados da execução do serviço/recebimento do relatório.

7.2.10. A existência de fiscalização para os serviços contratados não exime ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA pela execução adequada de qualquer serviço.

7.2.11. A fiscalização e o controle não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e não implicam corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

8.1. Metodologia para a licitação

8.1.1. Esta contratação será realizada na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**.

8.1.2. O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.1.3. Modo de disputa aberto e fechado.

8.2. Classificação como objeto comum

8.2.1. A finalidade desta contratação enquadra-se como um bem ou serviço comum, conforme estipulado pela Lei de Licitação nº 14.133 de 2021. Segundo os termos desta legislação, bens e serviços comuns são definidos como aqueles cujos parâmetros de desempenho e qualidade podem ser estabelecidos de maneira objetiva pelo edital, seguindo as especificações tradicionalmente aceitas no mercado.

8.2.2. Dessa forma, a classificação apresentada se adequa perfeitamente ao objeto em questão, levando em consideração sua natureza explicitamente definida nesse Termo de Referência, bem como os padrões de desempenho estabelecidos nos Níveis Mínimos de Serviços.

8.3. Subcontratação, participação de consórcio de empresas e de cooperativas de mão de obra

8.3.1. Fica vedada a subcontratação do objeto, bem como a participação de empresas reunidas em consórcio e a participação de cooperativas de trabalho ou de mão de obra, tanto no certame licitatório quanto na execução do objeto contratual, conforme explicitado no item 10 do Estudo Técnico Preliminar.

8.3.1.1. Tal restrição visa preservar o interesse público, assegurar a regularidade da execução contratual, a adequada supervisão dos serviços e a mitigação de riscos operacionais, jurídicos e trabalhistas.

8.4. Contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

8.4.1. Aplicam-se ao certame as disposições dos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, observadas as limitações legais e as regras do edital.

8.4.2. A licitação será de ampla participação, sem exclusividade para ME/EPP, considerando o valor estimado do item superior a R\$ 80.000,00, permanecendo aplicáveis, quando cabível, os mecanismos de regularização fiscal e trabalhista e de critério de desempate previstos nos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006, conforme disciplinado no edital.

8.4.3. Para fins de cumprimento ao Art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021, será exigida das licitantes que se enquadrem como ME/EPP e que desejarem usufruir dos benefícios legais a apresentação de declaração formal de que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebraram contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem a receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5. Requisitos de habilitação

8.5.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

8.5.1.1. Documentação ordinária, em conformidade com os artigos 66, 68 e 70 da Lei nº 14.133/21.

8.5.2. Documentos relativos à qualificação técnica:

8.5.2.1. Comprovação de aptidão para a execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica, regularmente emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços de tradução/interpretação em LIBRAS, em atividades presenciais e/ou remotas, incluindo eventos institucionais, transmissões, cursos, sessões ou similares, quando aplicável, nos termos do art. 67, II, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

8.5.2.2. Para fins da comprovação de que trata o subitem 8.5.2.1, a licitante deverá apresentar atestado(s) que comprove(m) a execução mínima de 20% (vinte por cento) do quantitativo estimado para 12 (doze) meses, equivalente a 120 (cento e vinte) horas-profissionais de serviços de interpretação/tradução em LIBRAS, admitido o somatório de atestados.

8.5.2.3. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

8.5.2.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.5.2.5. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante (ou fornecedora).

8.5.2.6. O licitante (ou o fornecedor) disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto do contrato, entre outros documentos.

8.5.2.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.5.2.8. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8.5.2.9. Sem prejuízo das exigências constantes do item 5 deste Termo de Referência, serão exigidos os seguintes requisitos especiais de Qualificação Técnico-Profissional:

8.5.2.9.1. Indicação de profissional responsável técnico, devidamente registrado no respectivo conselho de classe, em plena validade, compatível com as atividades a serem desenvolvidas, quando houver órgão de classe aplicável à atividade desempenhada.

8.5.2.10. O licitante deverá comprovar o vínculo empregatício, mediante apresentação de, pelo menos, um dos seguintes documentos:

8.5.2.10.1. *Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), com registro que comprove a vinculação contratual com a empresa;*

8.5.2.10.2. *Cópia do contrato social da empresa, no qual conste o profissional como sócio;*

8.5.2.10.3. *Cópia do contrato de trabalho vigente celebrado entre a empresa e o profissional;*

8.5.2.10.4. *Declaração de futura contratação do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da declaração de anuência do referido profissional.*

8.5.2.11. O profissional indicado na forma supra deverá participar do planejamento técnico e operacional das atividades relacionadas à prestação dos serviços de tradução/interpretação em LIBRAS, e será admitida a sua substituição por profissional com formação equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021).

8.5.2.12. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.5.2.13. O proponente quando solicitado pelo TCE/PR, disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.5.2.14. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da proponente, nem pela própria proponente.

8.5.2.15. São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da proponente empresas por ela controladas ou empresas controladoras da proponente, ou empresas que tenham, no mínimo, uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente do atestado e da proponente.

8.5.2.16. Quando faltar informação no atestado ou existir dúvida em relação à sua veracidade, serão solicitados documentos comprobatórios, tais como: cópias de notas fiscais, recibos, contratos, nota de empenho, os quais deverão ser enviados por e-mail, em até 4 (quatro) horas, contadas da solicitação, e seus originais ou cópias autenticadas encaminhados, via correio, em até 48 horas após a solicitação.

8.5.3. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

8.5.3.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

8.5.3.2. Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.5.3.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício social referentes ao período de existência da sociedade.

8.5.3.4. A comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:

8.5.3.4.1. No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do município da sede da empresa;

8.5.3.4.2. No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstração de resultado de exercício e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

8.5.3.4.3. Para fins do subitem anterior, as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar: o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt); e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED).

8.5.3.5. O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG = Liquidez Geral – superior a 1

SG = Solvência Geral – superior a 1

LC = Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

$SG = AT / (PC + ELP)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

8.5.3.6. Quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1, comprovação de patrimônio líquido ou capital social não inferior a 10% (dez por cento) do valor máximo da contratação.

8.5.3.7. O balanço patrimonial e as demonstrações de exercício social deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

8.5.4. Documentos relativos à regularidade fiscal, social e trabalhista:

8.5.4.1. Necessário Cadastro ou Habilitação junto ao SICAF ou GMS/CFPR;

8.5.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

8.5.4.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

8.5.4.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.4.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

8.5.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.5.4.8. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.5.4.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

8.5.4.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.5.4.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

8.5.4.12. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5.4.13. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.4.14. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

8.5.4.15. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

8.5.4.16. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

8.6. Proposta de preços

8.6.1. A PROPOSTA DE PREÇOS, contendo o resumo das condições comerciais propostas, deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante no **ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA**.

8.6.2. Nos valores propostos, devem estar incluídos todos os gastos direta e indiretamente relacionados à execução dos serviços, abrangendo, mas não se limitando a: salários, transporte, seguros, encargos sociais, encargos fiscais e taxas comerciais, impostos, contribuições, tarifas públicas e quaisquer outros custos aplicáveis, necessários para o cumprimento integral do objeto contratado. Além disso, devem estar contemplados todos os custos acessórios referentes aos profissionais eventualmente designados para a prestação dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: deslocamentos, hospedagens, treinamentos, entre outros.

8.7. Exequibilidade da proposta

8.7.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a LICITANTE comprove a exequibilidade da proposta.

8.7.2. É indício de inexecuibilidade a apresentação de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado para a unidade de medição adotada no contrato (hora-profissional).

8.7.3. Para comprovar exequibilidade, as licitantes deverão apresentar justificativas fundamentadas em arcabouço documental que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com sua estrutura de custos e despesas necessárias à completa execução do objeto contratual.

8.7.4. Meras alegações sem base documental não constituirão elementos capazes de comprovar a exequibilidade.

8.7.5. São exemplos de documentações complementares que poderão ser solicitadas das LICITANTES para embasar a análise de exequibilidade e/ou inexecuibilidade dos preços ofertados:

- a) CONTRATO(S) e FATURA(S) com objetos e preços compatíveis aos ofertados pelas LICITANTES para a presente contratação, acompanhado(s) de notas fiscais e declaração(ões) de CONTRATANTES que comprovem a execução satisfatória do objeto;
- b) MEMÓRIAS DE CÁLCULO, registros profissionais ou evidências documentais que comprovem a viabilidade do valor ofertado, baseando-se, primariamente, nos parâmetros de custos de insumos, salários, incidência de custos indiretos, tributos e lucro.

8.7.6. Todas as informações fornecidas estarão sujeitas a diligências nos termos da lei.

8.7.7. Na diligência será verificado se o preço proposto pela empresa é compatível com o praticado nos contratos apresentados cujo objeto seja compatível com esta contratação, considerando os padrões de qualidade esperados e especificações constantes neste Termo de Referência e seus Apêndices/Anexos.

8.7.8. Havendo indício de inexecuibilidade, serão instauradas tantas diligências quantas forem necessárias para que as LICITANTES ofertantes possam comprovar sua

exequibilidade e/ou para que as áreas competentes tenham segurança suficiente para decidir por sua classificação ou desclassificação.

8.7.9. Após análise das informações, caso fique caracterizada a inexecuibilidade do preço proposto, considerando os padrões de qualidade esperados e especificações constantes neste Termo de Referência e seus Apêndices/Anexos, a LICITANTE será desclassificada e será então convocada a próxima LICITANTE, respeitada a ordem de classificação do Pregão.

8.7.10. No caso de desclassificação da LICITANTE, será convocada a próxima licitante classificada para envio da proposta de preços e assim sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos especificados e seja declarada vencedora.

9. ASPECTOS CONTRATUAIS

9.1. Subcontratação e Alteração Subjetiva

9.1.1. É **vedada a subcontratação, total ou parcial**, do objeto contratado, nos termos do disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021. A execução das atividades previstas neste Termo de Referência deverá ser realizada **exclusivamente pela empresa contratada**, que deverá dispor de estrutura, equipe e capacidade técnica próprias para o cumprimento integral das obrigações assumidas.

9.1.2. Da mesma forma, é **proibida a alteração subjetiva do contrato**, ou seja, a substituição da empresa contratada por terceiros.

9.1.3. Essas vedações têm como objetivo **assegurar a continuidade, a responsabilidade direta e a rastreabilidade da execução do contrato**, bem como preservar a integridade da proposta vencedora do certame e garantir a conformidade com os critérios de habilitação e julgamento que fundamentaram a contratação.

9.1.4. A vedação à subcontratação do objeto e à alteração subjetiva do contrato fundamenta-se:

9.1.4.1. na necessidade de **responsabilidade direta e integral** da CONTRATADA pela disponibilização tempestiva de intérpretes qualificados, em regime **sob demanda**;

9.1.4.2. na exigência de **padronização de procedimentos**, controle de escala, substituições e revezamento, com rastreabilidade e unidade de comando;

9.1.4.3. na mitigação de riscos operacionais e de qualidade, tendo em vista que a execução envolve **acessibilidade comunicacional** em atividades institucionais, inclusive transmissões e eventos, nas quais falhas podem gerar prejuízo imediato ao interesse público; e

9.1.4.4. na preservação da **coerência entre habilitação, proposta vencedora e execução**, garantindo que a aptidão técnica e a estrutura ofertadas pela licitante sejam efetivamente empregadas na execução contratual.

9.2. Obrigações do CONTRATANTE

9.2.1. Designar responsáveis para a gestão e fiscalização do objeto contratual.

9.2.2. Comunicar à CONTRATADA sobre mudanças de pessoal na equipe de fiscalização do contrato.

9.2.3. Fiscalizar o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, sendo permitida a participação de terceiros para prestar assistência/informações, registrando as inconsistências porventura existentes.

9.2.4. Dirimir eventuais dúvidas e prestar todos os esclarecimentos à CONTRATADA necessários à execução contratual.

9.2.5. Esclarecer à CONTRATADA como serão realizados os procedimentos operacionais/administrativos para a execução e gestão do contrato.

9.2.6. Notificar formalmente a CONTRATADA quanto à aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.

9.2.7. Permitir o acesso de representantes, prepostos e/ou empregados da CONTRATADA, devidamente credenciados, às dependências do CONTRATANTE mediante a comunicação e autorização prévias.

9.2.7.1. Esse acesso se dará sob ciência de colaborador designado pelo CONTRATANTE e deverá observar as normas de segurança institucional.

9.2.8. Conferir e validar toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução dos serviços, efetuando o seu atesto quando estiverem em conformidade com os padrões exigidos.

9.2.9. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do contrato.

9.2.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

9.2.11. Promover, se necessário, reuniões (inicial e/ou outras) devidamente registradas em ATA, para esclarecimento das obrigações contratuais e avaliação da qualidade da execução contratual.

9.2.12. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, no valor correspondente à prestação do serviço de acordo com as condições e prazo, ante ateste das notas fiscais, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

9.2.13. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

9.2.14. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços com base nas Ordens de Serviço/Requisições, nos registros e no relatório mensal de execução/medição, verificando, especialmente, o cumprimento de prazos, a disponibilização de profissionais qualificados, o revezamento e a conformidade das entregas/documentos para fins de recebimento e pagamento.

9.3. Obrigações da CONTRATADA

9.3.1. Realizar os serviços de acordo com as especificações, prazos e local constantes deste Termo de Referência e da sua proposta.

9.3.2. Participar da reunião inicial e outras reuniões convocadas pelo CONTRATANTE.

9.3.2.1. Essas reuniões devem ser convocadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data marcada.

9.3.3. Designar formalmente, em até 02 (dois) dias após a reunião inicial, 01 (um) profissional de seu quadro para atuar como preposto.

9.3.4. Ter pleno conhecimento de todas as condições, características, procedimentos e peculiaridades do objeto contratado, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento acerca do contrato.

9.3.5. Cumprir integralmente as especificações e prazos neste Termo de Referência, garantindo a qualidade dos serviços prestados.

9.3.6. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os meios, esclarecimentos e orientações necessários à fiscalização da execução dos serviços.

9.3.7. Responsabilizar-se integralmente por todos os ônus, diretos e indiretos, referentes à execução do objeto contratual.

9.3.8. Responder/atender a contatos, orientações, exigências e/ou solicitações da equipe de fiscalização no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados a partir do envio de comunicação/solicitação.

9.3.9. Guardar sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual.

9.3.10. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outrem a responsabilidade por problemas de fornecimento do objeto.

9.3.10.1. Responsabilizar-se sobre todos os atos de seus profissionais, por qualquer atividade técnica operacional ou intelectual que venha a causar danos ou prejuízos ao Tribunal.

9.3.10.2. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados e/ou preposto causarem ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo de imediato os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus e a responsabilidade decorrente.

9.3.10.3. Responsabilizar-se pela perda e/ou danos causados ao patrimônio fornecido pelo CONTRATANTE.

9.3.11. Cadastrar-se e manter-se em situação regular junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, no site “Compras Paraná” (GMS/CFPR – <http://www.comprasparana.pr.gov.br>).

9.3.12. Manter-se durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

9.3.13. Apresentar toda a documentação relacionada ao faturamento e pagamento, conforme preceitos estabelecidos neste Termo de Referência.

9.3.14. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem no objeto contratual, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor total.

9.3.15. Operar como organização independente, fornecendo todos os materiais, instrumentos e mão de obra necessários à execução dos serviços contratados.

9.3.16. Indicar e manter permanentemente preposto responsável pelo gerenciamento dos serviços, devidamente investido de poderes para tratar de assuntos relacionados ao contrato, sem prejuízo do disposto no subitem 9.3.3.

9.3.17. Protocolizar Nota Fiscal eletrônica/Fatura correspondente aos serviços efetivamente executados no período, com base no relatório mensal de execução/medição validado pela fiscalização, já considerados eventuais ajustes/glosas decorrentes de não execução, execução parcial, atrasos imputáveis à CONTRATADA ou outras ocorrências previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

9.3.18. Executar o objeto do contrato em estrita conformidade com as disposições constantes no edital.

9.3.19. Responder perante o contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes da execução do contrato.

9.3.20. Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais custos necessários à execução do objeto, incluídos, quando aplicáveis, deslocamentos e despesas operacionais.

9.3.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, nos termos do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e da Lei nº 14.133/2021, observadas as hipóteses legais e regulamentares aplicáveis.

9.4. Procedimentos para pagamento

9.4.1. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, em conta bancária da empresa, após o recebimento definitivo, devendo ser protocolado o respectivo requerimento perante a Diretoria de Protocolo do Tribunal de Contas, juntando a Nota Fiscal/Fatura preenchida sem rasuras, a ser certificada pela **Diretoria de Comunicação Social (DCS)**, a quem competirá a fiscalização do objeto do presente Contrato, dando conta do cumprimento de todas as exigências e condições sobre

os serviços executados em conformidade com normas previstas no Edital, seus documentos anexos e neste Contrato.

9.4.2. Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço ou do documento fiscal, a depender do evento.

9.4.3. A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a nota discal/fatura os documentos a seguir referentes à regularidade fiscal e trabalhista:

9.4.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os critérios tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os critérios tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal nº 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e Às contribuições devidas, por lei, a terceiros.

9.4.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

9.4.6. Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4.7. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da CONTRATADA, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943.

9.4.9. O TCE/PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

9.4.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TCE/PR.

9.4.11. Em caso de atraso no pagamento, motivado exclusivamente pelo TCE/PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

9.4.12. Na hipótese de irregularidade fiscal, a CONTRATADA deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das penalidades contratuais e rescisão da contratação.

9.4.13. O pagamento efetuado pelo TCE/PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

9.4.14. É vedado à CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos recorrentes da contratação.

9.4.15. O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n.º 001/2019-DTE/SEFA.

9.5. Vigência

9.5.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE-PR, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.5.2. O presente contrato terá publicação de seu extrato no Diário Eletrônico do TCE-PR.

9.5.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

9.5.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

9.5.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

9.5.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

9.5.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

9.6. Obrigações Pertinentes à LGPD

9.6.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.6.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.6.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.6.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.6.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.6.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.6.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.6.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.6.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art.](#)

[37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.6.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.6.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.6.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

9.7. Reajuste

9.7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **09/03/2026**.

9.7.2. Após o interregno de um ano, o valor da hora-profissional poderá ser reajustado, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.7.2.1. *O direito a que se refere o item acima deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal da CONTRATADA até 180 dias após o atingimento do lapso de 12 meses a que se refere o caput desta cláusula sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.*

9.7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9.7.9. O reajuste seguirá as fórmulas de cálculo abaixo:

$I_r = (I_1 - I_0) / I_0$ onde:

I_r = índice de reajustamento;

I_1 = índice correspondente à data para qual se deseja reajustar o valor; e

I_0 = índice correspondente ao mês da data-base do orçamento estimado.

$R = V_0 \times I_r$ em que:

R = valor do reajustamento; e

V_0 = valor inicial do contrato, correspondente ao preço da proposta vencedora, na data-base do orçamento estimado.

$V_1 = V_0 + R$ em que:

V_1 = valor contratual reajustado

9.8. Dotação Orçamentária

9.8.1. O pagamento decorrente do objeto desta contratação correrá à conta dos recursos do Orçamento Próprio do TCE/PR.

9.9. Garantia de execução contratual

9.9.1. Fica dispensada a exigência de garantia da execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto contratado consiste na prestação de serviço comum de tradução e interpretação da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e vice-versa, de baixa complexidade operacional, sem envolvimento de riscos elevados à Administração ou de vultosos investimentos iniciais por parte da CONTRATADA, bem como considerando o valor mensal moderado do contrato, a natureza

continuada do serviço, a possibilidade de fiscalização permanente pela Administração e a adoção de mecanismos contratuais suficientes para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, não se mostrando a exigência de garantia medida necessária ou proporcional para a mitigação de riscos da contratação.

9.10. Rescisão contratual

9.10.1. O contrato pode ser extinto antes que as obrigações nele estabelecidas sejam cumpridas ou antes do prazo fixado, com base nos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por meio de entendimento mútuo, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.

9.10.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, sem prejuízo das sanções administrativas.

9.11. Sanções administrativas

9.11.1. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

9.11.1.1. advertência;

9.11.1.2. multa;

9.11.1.3. Impedimento de licitar e contratar; e

9.11.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.11.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.11.3. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

9.11.3.1. Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

9.11.3.2. Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

9.11.3.3. M1 = multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total estimado por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

9.11.3.4. M2 = multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total estimado por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

9.11.3.5. M3 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total estimado por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

9.11.3.6. Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

9.11.3.7. G1 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total estimado por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

9.11.3.8. G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado.

9.11.4. O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

Condutas		Ocorrência e reincidência					
		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	Quando o preposto e/ou responsável técnico não se apresentar em reunião pré-agendada	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	Atraso injustificado nos serviços		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	O desatendimento de determinações regulares da equipe de fiscalização	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
7	Não responder a contatos e/ou solicitações da equipe de fiscalização no prazo estabelecido	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
8	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa						1ª vez
9	Abandonar a execução do contrato						1ª vez
10	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato						1ª vez

11	A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato						1ª vez
12	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
13	Deixar de entregar a documentação exigida neste Termo de Referência dentro dos prazos estipulados	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

9.11.5. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

9.11.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.11.7. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

9.11.8. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

9.11.9. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total estimado, fica facultado ao CONTRATANTE rescindir unilateralmente o contrato.

9.11.10. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada.

9.11.11. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido à CONTRATADA.

9.11.12. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

9.11.13. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao TCE-PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.11.14. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

Curitiba, 09 de março de 2026

Documento assinado digitalmente.

MURILO ERPEN ZARDO
Auditor de Controle Externo
Matrícula nº 52.182-5

Documento assinado digitalmente

CAIO HENRIQUE CANDIDO DE OLIVEIRA
Auditor de Controle Externo
Matrícula nº 52.656-8

Documento assinado digitalmente

GUSTAVO RIBEIRO DORTAS
Supervisor de Licitações e Contratos
Matrícula nº 52.117-5

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO:	_____/2026
REQUERENTE:	DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tradução e interpretação da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e vice-versa, ao vivo e/ou gravada, nas modalidades simultânea e/ou consecutiva, em atendimento às sessões, eventos institucionais, cursos, capacitações, reuniões solenes e demais atividades oficiais do TCE/PR que demandem acessibilidade comunicacional, exclusivamente em modalidade remota , conforme especificações deste Termo de Referência, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE-PR, podendo ser prorrogado na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Item	Descrição	Quant. de profissionais	Estimativa de horas de trabalho	Valor unitário por hora / profissional	Valor total estimado (24 meses)
1	Serviços de tradução/interpretação em LIBRAS, sob demanda, com atuação em revezamento, incluindo transmissões/atividades gravadas	02	<ul style="list-style-type: none"> • 25 horas-base/mês; • 300 horas-base/ano; • 600 horas-base/24 meses; • 1.200 horas-profissionais/24 meses. 	R\$143,16	R\$171.792,00

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE

Razão Social:

CNPJ:

Endereço Completo:

Cidade/UF:

CEP:

FONE/FAX:

E-mail:

DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

Nome Completo (sem abreviatura):

CPF:

Identidade / Órgão Expedidor:

Cargo/Função:

Endereço Completo:

Cidade/UF:

CEP:

Prazo de validade da proposta: (.....) dias, contados da data limite estipulada para a apresentação.

Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços;
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;
- c) A proposta deve ter validade de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

ANEXO II – MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Identificação do(a) profissional AUTORIZADOR(A)	
Nome:	
Profissão:	
CPF:	RG:
Telefone:	
Endereço:	
E-mail:	

Identificação da CONTRATADA
Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
Representante legal (nome/CPF):
E-mail:

Identificação do órgão AUTORIZADO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, CNPJ n. 77.996.312/0001- 21, com sede na Praça Nossa Senhora de Salette, s/n., Centro Cívico, em Curitiba/PR

Por meio do presente instrumento, e na melhor forma de direito, o(a) **AUTORIZADOR(A)**, devidamente identificado(a) e abaixo assinado(a), **autoriza expressamente** o órgão **AUTORIZADO**, no âmbito do Contrato nº **XXXXXXXXX**, em conformidade com o respectivo Termo de Referência e seus anexos, a **utilizar sua imagem e voz**, na íntegra ou em partes, para fins institucionais, educativos, informativos, técnicos, culturais ou congêneres.

A utilização da imagem e da voz poderá ocorrer para fins de **exibição, reprodução e reexibição**, em quaisquer meios de comunicação existentes ou que venham a existir, inclusive plataformas digitais, redes internas, transmissões ao vivo ou gravadas, **em todo**

o território nacional e internacional, por número ilimitado de vezes, independentemente do processo de captação, edição, armazenamento ou transporte do sinal adotado pelo órgão AUTORIZADO.

A presente autorização é concedida **sem ônus adicional para o órgão AUTORIZADO**, por estar **abrangida pela remuneração contratual** relativa à prestação dos serviços, não sendo devida remuneração específica a qualquer título.

O órgão AUTORIZADO poderá **ceder ou compartilhar** o material produzido com parceiros públicos ou privados, conforme suas conveniências institucionais, **desde que para as mesmas finalidades institucionais previstas neste instrumento**.

O prazo desta autorização de uso de imagem e voz é **indeterminado**, contado a partir da data de assinatura do presente instrumento.

Curitiba, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) AUTORIZADOR(A)

Assinatura da CONTRATADA